



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Agência de Fomento do Estado de Alagoas S/A
CNPJ 10.769.660/0001-95
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
Cep: 57035-330 - Maceió/AL 82 3315.3468

Incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 27 de março de 2024.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/0-8 "S" AL

José Diego Braz da Silva
Contador
CRC/RN 10575/0-9 "S" AL

PARECER DO CONSELHO FISCAL (PARTE INTEGRANTE DA ATA)

Ata 5ª Reunião Ordinária 2023
Conselho Fiscal
gência de Fomento de Alagoas S.A.

PARECER DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2023.

Senhores Acionistas:

Os membros do Conselho Fiscal da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A**, no uso de suas atribuições conforme inciso III do Art. 163º, e § 2º do Art. 166º da lei nº 6.404/1976, procederam ao exame dos resultados das Demonstrações Financeiras do exercício 2023, apresentados pela contabilidade da Desenvolve-AL, bem como, tomaram conhecimento do Relatório de Gestão, à vista do Parecer dos Auditores Independentes. As Conselheiras aprovaram as Demonstrações Financeiras do exercício 2023 com ressalvas, conforme considerações:

Aprovação de contas mediante a ratificação das ressalvas apresentadas pela auditoria independente, conforme situações já mencionadas pela própria firma de auditoria em seu relatório, e que este Conselho entendeu pertinentes. Neste sentido, com base nos documentos apresentados anteriormente, não se pode deixar de levar em consideração, para fins de emissão do parecer do Conselho Fiscal, as situações apontadas pela Firma de Auditoria Independente, e que este corpo deliberativo RESSALVA A saber:

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS

1) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme Nota Explicativa nº 5, a Agência apresenta registrado no seu ativo a título de "Operações de Crédito" o montante de R\$ 21.794 mil. Deste total, cerca de R\$ 12.929 mil é referente a operações liberadas da linha "pró-renda MEI" do qual até a emissão deste relatório, não nos foram apresentados os instrumentos formais de promessa de pagamento em dinheiro, decorrente das operações de créditos - "Cédula de Crédito Bancário (CCB)". Não sendo possível avaliar as condições pactuadas sobre atualização e amortização futura do capital. Como consequência, não temos como opinar, assim como não opinamos sobre os efeitos da recuperabilidade do ativo no montante de R\$ 12.929 mil, bem como os seus possíveis efeitos no resultado da agência em decorrência da avaliação de risco de crédito.

2) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Agência possui em seu ativo circulante a título de "Outros Créditos" valores a receber da linha "Pro Renda" perante o Governo do Estado de Alagoas, cujo montante representa R\$ 3.114 mil, conforme nota nº 6. Decorrente do previsto na Lei Estadual nº 8.467 de 14 de julho de 2021, em que o Governo arcará com o total dos juros das operações contratadas por clientes contribuintes do "SIMPLES", e arcará com os juros mais 50% do principal para clientes contribuintes Micro Empreendedores Individuais "MEI", sendo este montante registrados como recebíveis, que decorrem de parcelas não quitadas pelo Estado de Alagoas há tempos, de acordo com a referida Lei. Por conseguinte, não obtivemos evidências que demonstrem a recuperabilidade de tal saldo em aberto, além da ausência do controle efetivo sobre os valores a receber e sua respectiva conciliação com a carteira de crédito. Por fim, não há qualquer reconhecimento das estimativas das perdas por risco de crédito em consonância com as normas aplicadas do Banco Central do Brasil. Como consequência, não temos como opinar sobre seus possíveis efeitos no ativo, no patrimônio líquido e no resultado da Agência.

ÊNFASE: RECEBIMENTOS PARA CUSTEIO - SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS E PARA IMOBILIZADO

Chamamos a atenção para a Nota 19 (Recebimento para Custeio - Subvenções governamentais e para imobilizado) que aponta que a Agência, para ter continuidade às suas operações, necessita de recursos periódicos, a título de custeio das despesas operacionais e manutenção da instituição, originados do seu acionista majoritário, Governo do Estado de Alagoas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi recebido o valor de R\$ 820 mil (para o exercício de 2022 o montante de R\$ 1.022 mil). Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

OUTROS PONTOS IMPORTANTES

A) O aumento da provisão de operações de crédito se deu pelo reconhecimento da perda de parte do montante das parcelas e os juros devidos da SEFAZ, referente a Lei Estadual 8.467 de 14 de julho de 2021, conforme nota 6.

B) Provisões e Passivos Contingentes: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução BACEN nº 3.823/09). Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, reque-rendo-se assim o seu reconhecimento. Os passivos contingentes podem ser classificados em remoto, possível e provável. Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de perda: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a assessoria jurídica da agência figura-se como passivos contingentes que satisfaçam os critérios de reconhecimento contábil refere-se a três ações no valor total de R\$ 44 mil, quanto as ações com efeitos de divulgação com probabilidade possível de perdas.

Sabedores que uma das atribuições desse Conselho é justamente se posicionar quanto a situações de inadequação contábil, e em face da ausência de outros pontos controversos ou impeditivos detectados por este Conselho no âmbito dos documentos enviados, **recomenda-se a aprovação das contas mediante a anotação das ressalvas supramencionadas.**

Por fim, fica recomendada por unanimidade a convocação da Assembleia Geral Ordinária para a aprovação da Demonstrações Financeiras do exercício 2023 pelos acionistas.

Maceió, 09 de abril de 2024.

Luciana Lemos Cerqueira
Conselheira Titular

Laura Petri Geraldino
Conselheira Titular

Carolina Boner Cunha
Conselheira Titular

